

**LUIS MANUEL FONSECA PIRES
NATHALIA PENHA CARDOSO DE FRANÇA
PEDRO ESTEVAM ALVES PINTO SERRANO**

COORDENADORES

AUTORITARISMO **LÍQUIDO** e CRISE CONSTITUCIONAL

FORUM

Luis Manuel Fonseca Pires
Nathalia Penha Cardoso de França
Pedro Estevam Alves Pinto Serrano
Coordenadores

AUTORITARISMO LÍQUIDO E CRISE CONSTITUCIONAL

Área específica
DIREITO PÚBLICO.

Áreas afins
TEORIA GERAL DO DIREITO.
FILOSOFIA DO DIREITO.
DIREITO CONSTITUCIONAL.
DIREITO ADMINISTRATIVO.

A presente obra reúne artigos produzidos pelos integrantes do Grupo de Pesquisa “Sistema de Justiça e Estado de Exceção”, sob liderança dos professores Pedro Estevam Alves Pinto Serrano e Luis Manuel Fonseca Pires e coordenação de Nathalia Penha Cardoso de França. O Grupo de Pesquisa é vinculado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Público-alvo/consumidores
PESQUISADORES, ACADÊMICOS, PROFESSORES,
ALUNOS E INTERESSADOS NAS RECENTES
DISCUSSÕES SOBRE CRISE CONSTITUCIONAL,
AUTORITARISMO, ESTADO DE EXCEÇÃO E PERDA
DE DIREITOS NO BRASIL E NO MUNDO.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10003097

A939 Autoritarismo líquido e crise constitucional / coordenado por Luis Manuel Fonseca Pires, Nathalia Penha Cardoso de França, Pedro Estevam Alves Pinto Serrano. - Belo Horizonte : Fórum, 2021.
429 p. ; 14,5cm x 21,5cm.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5518-266-8

1. Direito público. 2. Teoria geral do direito. 3. Filosofia do direito. 4. Direito constitucional. 5. Direito administrativo. I. Pires, Luis Manuel Fonseca. II. França, Nathalia Penha Cardoso de. III. Serrano, Pedro Estevam Alves Pinto. IV. Título.

2021-3443

CDD: 342

CDU: 342

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PIRES, Luis Manuel Fonseca; FRANÇA, Nathalia Penha Cardoso de; SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto (Coord.). *Autoritarismo líquido e crise constitucional*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 429 p. ISBN 978-65-5518-266-8.

Luis Manuel Fonseca Pires é Livre-docente, doutor e mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor de Direito Administrativo da PUC-SP. Juiz de Direito no Estado de São Paulo titular de Vara da Fazenda Pública na capital. Publicou os livros: “Estados de Exceção. A usurpação da soberania popular” (Contracorrente), “Controle judicial da discricionariedade administrativa. Dos conceitos jurídicos indeterminados às políticas públicas” 4ª ed. (Fórum), finalista do Prêmio Jabuti 2009.

Nathalia Penha Cardoso de França é Doutoranda em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, mestre em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Aluna da The Hague Academy of International Law. Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Sistema de Justiça e Estado de Exceção” (PUC-SP – CNPq). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais (USP – CNPq). Autora do livro “Aspectos da Exceção no Direito Internacional” (Contracorrente).

Pedro Estevam Alves Pinto Serrano é Doutor e mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Realizou pós-doutoramento pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Professor de Direito Constitucional e Fundamentos do Direito Público na Faculdade de Direito da PUC-SP e de Teoria Geral do Direito na pós-graduação stricto sensu. Autor dos livros “Autoritarismo e golpes na América Latina: Breve ensaio sobre jurisdição e exceção” (Alameda) e “A justiça na sociedade do espetáculo: reflexões públicas sobre direito, política e cidadania” (Alameda).

INTRODUÇÃO	13
NOTAS SOBRE AUTORITARISMO NA CONTEMPORANEIDADE	
Pedro Estevam Alves Pinto Serrano, Anderson Medeiros Bonfim, Juliana Salinas Serrano	15
Introdução.....	15
1 O mito da concretização do Estado Democrático de Direito e a exceção líquida permanente.....	16
2 Teoria da exceção: escorço histórico e teórico.....	18
3 Propedêutica do autoritarismo.....	21
4 A anomia e a hipernomia no contexto das funções estatais.....	24
5 Revisitando a leitura da exceção em Carl Schmitt e Giorgio Agamben: da incorporação ao Direito e do campo de indeterminação ao arquétipo da exceção na contemporaneidade periférica.....	27
Considerações finais.....	32
Referências	33
DADOS PESSOAIS E O AUTORITARISMO NA ERA INFORMACIONAL	
Luis Manuel Fonseca Pires, Júlio Grinberg Zanatta, Natália Silva de Andrade Cordeiro	35
Introdução.....	35
1 Deterioração da democracia na contemporaneidade.....	36
2 A ascensão do autoritarismo informacional.....	39
2.1 O poder de vigilância na contramão do regime democrático.....	40
2.2 Aspectos autoritários no tratamento de dados pessoais no Brasil do século XXI.....	43
3 Pandemia e autoritarismo informacional.....	45
3.1 Os riscos da escalada autoritária no pós-pandemia	47
4 Combate ao autoritarismo informacional	48
Referências	51
O FUTURO DA EXCEÇÃO: A TECNOLOGIA NO USO DA FORÇA NO DIREITO INTERNACIONAL	
Nathalia Penha Cardoso de França, Flávio de Leão Bastos Pereira	53
Introdução.....	53
1 Inteligência artificial: um método de mascarar o derramamento de sangue com a “guerra limpa”	54
2 A guerra como instrumento disciplinado pelo Direito Internacional.....	58
3 A inteligência artificial como instrumento de guerra: elemento potencializador para excepcionalização do <i>Jus ad Bellum</i>	65
4 A sofisticação digital do autoritarismo líquido.....	69
Considerações finais.....	71
Referências	71
O CONCEITO DE MEDIDAS DE EXCEÇÃO SEGUNDO PEDRO SERRANO: SISTEMATIZAÇÃO DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	
Rômulo Monteiro Garzillo, Fernando Hideo Iochida Lacerda, Emmanuel Cais Burdmann	75
Introdução.....	75
1 O fenômeno político segundo Pedro Serrano.....	77
2 Três camadas conceituais das medidas de exceção	79
2.1 Primeira camada conceitual: os elementos do estado de exceção de Carl Schmitt.....	80
2.2 Segunda camada conceitual: os elementos do autoritarismo líquido	81

2.2.1	Conjunto harmônico de decisões singulares	82
2.2.2	O esvaziamento de sentido normativo	83
2.2.3	Apropriação decisória da exceção pelos agentes do mercado financeiro	84
2.3	Terceira camada conceitual: medidas de exceção em países de modernidade periférica	85
2.3.1	O sistema de justiça penal	86
2.3.2	Interrupção da normalidade democrática	90
	Conclusão.....	91
	Referências	92

GÊNESE DOS RESQUÍCIOS AUTORITÁRIOS DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: PAVIMENTAÇÃO PARA UM ESTADO DE EXCEÇÃO MODERNO

Gabriella Rocha Crepaldi Lima, Pedro Simões Pião Neto.....	97
Introdução.....	97
1 Ideologia da Defesa Social.....	98
1.1 O arcabouço autoritário deixado por Francisco Campos	100
2 O Código de Processo Penal de 1941 e sua estrutura autoritária	104
3 Pavimentação para um Estado de Exceção moderno.....	109
3.1 Carl Schmitt e o Estado de Exceção	111
3.1.1 O critério do “amigo-inimigo”	112
3.2 A exceção e a legislação penal no Brasil do século XXI	114
Considerações finais.....	118
Referências	119

O DIREITO ADMINISTRATIVO DE CADA ÉPOCA: AS MUDANÇAS NA COMPREENSÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO À LUZ DAS ALTERAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS

Pedro da Cunha Ferraz	121
Introdução.....	121
1 O Direito Administrativo da ditadura militar (1964-1985).....	124
2 O Direito Administrativo da Constituição Federal de 1988 (1986-1994)	128
3 O Direito Administrativo do neoliberalismo (1995-2018).....	131
4 Governo Bolsonaro: antessala para algo novo?.....	134
Conclusão.....	137
Referências	137

O LEGADO BONAPARTISTA DA VIOLÊNCIA E O ESTADO DE EXCEÇÃO: CONTINGÊNCIA OU CONTINUIDADE?

Felipe Toledo Magane, Renata Possi Magane	139
Introdução.....	139
1 Estado de exceção na teoria jurídico-política do jurista Pedro Estevam Serrano	143
Conclusões	151
Referências	153

A COOPERAÇÃO ENTRE A OPERAÇÃO LAVA JATO E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA SOBERANIA NACIONAL E DO SISTEMA JURÍDICO DE EXCEÇÃO

Beatriz Prates, Manuela Gonçalves Abreu Souza, Matheus de Moraes Batista	155
Introdução.....	155
1 A ilegalidade da cooperação jurídica internacional entre o Brasil e os Estados Unidos.....	156
2 O Brasil no espectro de uma geopolítica de intervenção: o <i>lawfare</i> como um novo modelo de colonização	162

3	A Operação Lava Jato e o processo penal no âmbito do Estado de exceção	167
	Conclusão.....	172
	Referências	173
O ESTADO-JUIZ EM DOIS ATOS: JUSTIÇA OU VINGANÇA?		
	Flávio Croce Caetano	175
	Introdução.....	175
1	Estruturas de justiça e vingança	175
2	Análise da decisão proferida pelo juiz federal Sérgio Moro de conferir publicidade a áudio de interceptação de conversa telefônica mantida entre o Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a então Presidente da República, Dilma Rousseff.....	177
3	Análise da sentença proferida pelo juiz de direito Djalma Moreira Gomes Junior de determinar a laqueadura de Janaína Aparecida Quirino, na cidade de Mococa, em São Paulo.....	182
	Considerações finais.....	187
	Referências	188
DEMOCRACIAS E SUAS FRAGILIDADES: O EXEMPLO DA PRORROGAÇÃO DO PARLAMENTO PROPOSTA POR BORIS JOHNSON		
	Lúcia Helena Martins de Jesus	191
	Introdução.....	191
1	O exemplo britânico	193
	Considerações finais.....	200
	Referências	200
O EPISTEMICÍDIO COMO ELEMENTO NECESSÁRIO AO DISPOSITIVO NEOLIBERAL		
	Beatriz Mattedi Tavares de Almeida, Felipe Arndt de Siqueira	203
	Introdução.....	203
1	O conceito foucaultiano de dispositivo (curso “o nascimento da biopolítica”, no Collège de France).....	204
2	O conceito de epistemicídio de Boaventura de Souza Santos.....	206
2.1	Das linhas globais, do pensamento abismal e da ecologia do conhecimento	207
2.2	Do conceito de epistemicídio e suas expressões	212
3	O dispositivo neoliberal.....	215
3.1	Da racionalidade neoliberal segundo Christian Laval e Pierre Dardot.....	216
4	O epistemicídio como elemento do dispositivo neoliberal.....	217
	Referências	221
CONSTITUIÇÃO, REPRESENTAÇÃO E PODER POLÍTICO: PROLEGÔMENOS PARA SAIR DA CRISE DA DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL		
	Bruno Cesar de Caires, Rafael Tubone Magdaleno	223
	Introdução.....	223
1	Prolegômenos a uma relação entre representação e Estado.....	224
2	Sieyès e o poder constituinte da nação	225
3	Carl Schmitt e a representação.....	229
4	Democracia e legitimidade constituinte.....	236
5	A razão de ser da constituição: uma utopia?.....	237
	Referências	239
CRÍTICA AO ATIVISMO JUDICIAL DO BEM NO ESTADO DE DIREITO		
	Guilherme Marchioni	243
	Introdução.....	243
1	Ativismo e atividade judicial	244

2	Das acepções do ativismo judicial.....	246
3	O ativismo judicial (do mal).....	247
4	Confrontando o ativismo judicial do bem	250
	Considerações finais.....	255
	Referências	257

JUSTIÇA DA LIBERDADE: UMA ANÁLISE CRÍTICA

	Lucas Marangoni Guldani, Pedro Emanuel Pugliesi dos Santos	259
1	A liberdade no Estado de Direito.....	259
1.1	Um esboço da liberdade jurídica.....	259
1.2	A liberdade grega	261
1.3	A liberdade na idade contemporânea	266
2	Uma análise crítica da liberdade	269
2.1	Liberdade e sujeito de direito	269
2.2	Uma liberdade diferente.....	275
	Considerações finais.....	281
	Referências	282

AS AÇÕES DE COMBATE À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: UMA ANÁLISE DA LEGALIDADE EXTRAORDINÁRIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

	Ana Luísa Ferreira Pinto, Marina de Mello Gama	285
	Introdução.....	285
1	Legalidade extraordinária e a pandemia causada pelo coronavírus.....	286
1.1	Contexto geral – estado de emergência e calamidade pública ...	286
1.2	Legalidade extraordinária	287
2	As competências constitucionais e a pandemia no Brasil.....	289
2.1	Competências privativas, concorrentes e o direito à saúde.....	289
2.2	O papel dos Municípios e o interesse local.....	291
3	A discussão do STF e a questão do interesse local	292
3.1	As competências e o entendimento do Supremo Tribunal Federal.....	292
3.2	A legalidade extraordinária como defesa do Estado Democrático de Direito.....	297
	Conclusão.....	298
	Referências	300

MORALIDADE CONSTITUCIONAL E UM GOVERNO DE MILITARES

	Victoria de Carvalho Gama	303
	Introdução.....	303
1	Democracia brasileira.....	304
1.1	Estado social-democrático de direito.....	304
1.2	Divisão dos três poderes.....	305
2	Moralidade constitucional.....	306
2.1	Conceito	306
2.2	Princípio da moralidade pública.....	308
3	Militares no Governo Bolsonaro (2019-2021).....	310
	Conclusão.....	312
	Referências	315

REDES SOCIAIS: HÁ POSSIBILIDADE DE REGULAMENTAÇÃO?

	Camila Ferreira Kfourri Camargo, Valentina Tamara Jalbut	317
	Introdução.....	317
1	Linhas traçadas para a regulamentação	324
2	Relevância da regulamentação	326
3	Problemáticas acerca da regulamentação	329

Considerações finais.....	330
Referências	333

A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL: PROBLEMÁTICAS E SOLUÇÕES

Karoline Dias de Oliveira, Lucas Lopes Boccuzzi, Marcos Paulo Campos Ferreira da Costa.....	337
Introdução.....	337
1 Construção histórica da LSN	338
2 Utilização da LSN em governos democráticos.....	340
3 Análise da Lei de Segurança Nacional	342
4 O Poder Judiciário em face da problemática	344
5 A solução deve vir pelo Poder Legislativo	348
Referências	352

OS RISCOS DE RETROCESSO DEMOCRÁTICO NO SÉCULO XXI

Alessandra Lopes Santana de Mello	355
Introdução.....	355
1 O enfraquecimento do Estado	357
1.1 A ideologia neoliberal	357
1.2 As transformações estruturais decorrentes do neoliberalismo...	361
2 Ascensão de movimentos autoritários	363
2.1 O crescimento do populismo e a erosão da democracia.....	363
2.2 Neoliberalismo e seu viés autocrático	366
2.3 O diálogo e o fortalecimento de comportamentos democráticos para evitar retrocessos.....	368
Proposições conclusivas.....	370
Referências	372

DIREITO E EXCEÇÃO: PASSADO, PRESENTE E FUTURO DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

José Victor Pallis da Silva, Natalia Chang Menezes	373
Introdução.....	373
1 Estado de exceção na pós-redemocratização.....	375
2 A Lei de Segurança Nacional: passado e presente	379
3 A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Segurança Nacional.	382
4 Em defesa de uma Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito.....	391
Conclusão.....	394
Referências	395

MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL E ESTADO DE EXCEÇÃO: UMA ANÁLISE À LUZ DE GIORGIO AGAMBEN

Paulo Ricardo Barbosa de Lima, Pedro Henrique Garcia Ayrolla Molina Simon	399
1 Introdução.....	399
2 Mutaç�o constitucional.....	400
2.1 Conceito	400
2.2 Origens do fen�meno.....	402
2.3 Modalidades de muta�o constitucional.....	404
2.4 Limites e problemas da muta�o constitucional.....	406
3 O Estado de exce�o na filosofia de Giorgio Agamben	408
3.1 Dispositivo de captura	414
4 Glorifica�o: cerimoniais do poder na reprodu�o da exce�o ..	417
5 Conclus�o.....	420
Refer�ncias	421

SOBRE OS AUTORES.....	423
------------------------------	------------

Alessandra Lopes Santana de Mello

Mestre em Efetividade do Direito pela PUC-SP. Mestre em Direito Comparado Brasil-EUA pela Samford University, Cumberland School of Law, Alabama/EUA. Pós-graduada em Direito Processual Civil pela Escola Paulista da Magistratura. Juíza de Direito no Estado de São Paulo. Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Ana Luísa Ferreira Pinto

Advogada com ampla experiência profissional em direito público, litígios estratégicos e terceiro setor. Graduada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), é professora assistente de Direito Constitucional na mesma instituição. É membra da Comissão de Direito Administrativo da OAB/SP. Foi Supervisora Jurídica do Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns da PUC-SP, onde coordenou a equipe de tutela coletiva e litígios estratégicos. Também atuou na gestão pública como Supervisora Geral de Parcerias na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura Municipal de São Paulo. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado Exceção (PUC-SP – CNPq).

Anderson Medeiros Bonfim

Bacharel e Mestre em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor assistente voluntário de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da PUC-SP. Secretário-Geral da Comissão de Direito Notarial e Registros Públicos e membro efetivo da Comissão de Direito Constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo – OAB-SP. Foi pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Beatriz Mattedi Tavares de Almeida

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Beatriz Prates

Mestranda no programa de Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie, possui graduação em Direito pela mesma instituição (2016) e especialização em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal (2020). Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Bruno Cesar de Caires

Mestre em Direito pela Universidade de Lisboa. É bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e sócio do escritório Caires, Marques e Mazzaro Advogados. Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Camila Ferreira Kfoury Camargo

Graduanda em Direito pela PUC-SP. Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Emmanuel Cais Burdmann

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e advogado. Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Felipe Arndt de Siqueira

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP- CNPq).

Felipe Toledo Magane

Bacharel e licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestre em História pela PUC-SP (2007), bacharel em Direito pela PUC-SP (2010) e doutor em História pela PUC-SP (2012). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo. É professor convidado do curso de especialização “Direito Penal e Direito Processual Penal”, da Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (COGEAE/PUC-SP) e da Escola Superior de Advocacia da OAB Mogi das Cruzes, São Paulo. Pesquisador do Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder (NEHTIPO), do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP e do Centro de Estudos de História Latino-Americana do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP.

Fernando Hideo Iochida Lacerda

Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor de Direito Penal nos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da Escola Paulista de Direito (EPD). Advogado e sócio-fundador do escritório Serrano, Hideo e Medeiros Advogados. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Flávio Croce Caetano

Advogado, professor de direitos humanos da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), especialista em Direitos Difusos e Coletivos pela Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, mestre em Direito Público pela PUC-SP e doutor em Filosofia do Direito pela PUC-SP. Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Flávio de Leão Bastos Pereira

Professor de direitos humanos e de Direito Constitucional da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pós-doutorando pela Mediterranea International Centre for Human Rights Research dell'Università "Mediterranea" di Reggio Calabria, Itália, com bolsa integral. Doutor e Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em direitos fundamentais pela Universidade de Coimbra ("Instituto Ius Gentium Conimbrigae"/IGC) e IBCCRIM. Especialista em genocídios e direitos humanos pelo International Institute for Genocide and Human Rights Studies/Zoryan Institute e Universidade de Toronto, Canada (2014). Membro do rol de especialistas da Academia Internacional dos Princípios de Nuremberg (Alemanha). Professor convidado pela Faculdade de Serviço Social da Technische Hochschule Nürnberg Georg Simon Ohm (Universidade Tecnológica de Nuremberg, Alemanha), 2020/2021. Pesquisador da Cátedra Otavio Frias Filho de Estudos em Comunicação, Democracia e Diversidade do Instituto de Estudos Avançados da USP em parceria com a Folha de São Paulo. Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Gabriella Rocha Crepaldi Lima

Advogada, graduada pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo e pós-graduanda em Direito das Diversidades e Inclusão Social, pela mesma instituição. Assistente docente na disciplina de Teoria Geral do Estado e Ciência Política na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Guilherme Marchioni

Mestrando em Filosofia do Direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado Exceção (PUC-SP – CNPq). Especialista em Direito Penal na Escola Superior do Ministério Público. Advogado criminalista.

José Victor Pallis da Silva

Bacharel em Direito pela PUC-SP. Advogado e assistente de Direito Constitucional na PUC-SP. Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Juliana Salinas Serrano

Bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e pós-graduada em Direito Administrativo pela Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (COGEAE – PUC-SP). Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Doutoranda em Direito Administrativo pela PUC-SP. Professora da Especialização em Direito Administrativo da COGEAE – PUC-SP.

Júlio Grinberg Zanatta

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Advogado atuante na área de contratos, propriedade intelectual e proteção de dados.

Karoline Dias de Oliveira

Bacharel em Direito pela PUC-SP. Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Lucas Lopes Boccuzzi

Advogado formado pela PUC-SP, pós-graduando em Direito Constitucional pela PUC-SP. Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Lucas Marangoni Galdani

Bacharel em Direito pela PUC-SP. Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Lúcia Helena Martins de Jesus

Advogada atuante na área de Direito Público formada pela PUC-SP. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Luis Manuel Fonseca Pires

Professor de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Livre-docente, Doutor e Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP. Juiz de Direito no Estado de São Paulo.

Manuela Gonçalves Abreu Souza

Advogada Criminalista, possui graduação em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2020). Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Marcos Paulo Campos Ferreira da Costa

Advogado formado pela PUC-SP, assessor da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo. Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Marina de Mello Gama

Mestre em Democracia e Bom Governo pela Faculdade de Direito da Universidade de Salamanca/Espanha. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Advogada com experiência profissional em Direito Público. Atualmente Secretária Adjunta de Assuntos Jurídicos e da Justiça da Prefeitura de Cotia/SP. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado Exceção da PUC-SP (CNPq). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa *Gênero y Política* da Associação Espanhola de Ciência Política e Administração (AECPA).

Matheus de Moraes Batista

Advogado Criminalista, possui graduação em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2020) e especialização em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal (2021). Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Natalia Chang Menezes

Bacharel em Direito pela PUC-SP. Advogada de Direito Público e assistente de Direito Administrativo na PUC-SP. Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Nathalia Penha Cardoso de França

Doutoranda em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Participante dos cursos de Direito Internacional Público e Privado da The Hague Academy of International Law (Holanda). Participante do curso Direitos Humanos, Segurança e Desenvolvimento pela The Hague University of Applied Sciences (Holanda). Professora convidada da Especialização em Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário da Universidad Santiago de Cali (Colômbia). Autora da obra “Aspectos da Exceção no Direito Internacional” (Contracorrente, 2021). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Natália Silva de Andrade Cordeiro

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Advogada no Blanchet Advogados. Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Paulo Ricardo Barbosa de Lima

Bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Pesquisador nos grupos de estudo Filo_Arc (Filosofias do Arquivo) e Educação e Pensamento Periférico, ambos ligados à UFABC. Advogado em São Paulo.

Pedro da Cunha Ferraz

Graduado em Direito pela PUC-SP. Membro do Grupo Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq), do Grupo de Pesquisa Ponderação no direito administrativo e contrafações administrativas e do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN).

Pedro Emanuel Pugliesi dos Santos

Bacharel em Direito pela PUC-SP. Bacharelando em Letras pela USP. Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Pedro Estevam Alves Pinto Serrano

Bacharel, Mestre e Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP com pós-doutoramento em Teoria Geral do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Ciência Política pelo Institut Catholique de Paris e em Direito Público pela Université Paris Nanterre. Professor de Direito Constitucional e Teoria Geral do Direito na Graduação, no mestrado e no doutorado da PUC-SP. Professor líder do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Pedro Henrique Garcia Ayrolla Molina Simon

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-graduando em Direito Digital pela Escola Paulista de Direito. Membro do Grupo de Estudos Sistema de Justiça e Estado de Exceção da PUC-SP. Advogado em São Paulo.

Pedro Simões Pião Neto

Advogado graduado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pós-graduando em Direito Penal e Criminologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Assistente docente nas disciplinas de Direito Penal e Direito Processual Penal na PUC-SP, assim como associado ao Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) e ao Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim). Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Rafael Tubone Magdaleno

Doutorando em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Possui mestrado em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É bacharel em Direito (PUC-SP) e Filosofia (USP). É coordenador do curso de Direito da Faculdade Nove de Julho-Osasco (NOVE-Osasco), onde também atua como professor. Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Renata Possi Magane

Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Direito Administrativo pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito da PUC-SP. Doutoranda em Filosofia do Direito pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito da PUC-SP. Advogada e professora de Direito nas disciplinas de Ciência Política e Teoria do Estado e Teoria Geral do Direito na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo/SP e assistente docente voluntária na PUC-SP. Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Rômulo Monteiro Garzillo

Mestre em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e advogado. Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Valentina Tamara Jalbut

Graduanda em Direito pela PUC-SP. Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).

Victoria de Carvalho Gama

Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pela Universidade Braz Cubas. Membro do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Estado de Exceção (PUC-SP – CNPq).